

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: a consolidação da política educacional neoliberal no Brasil

Vanessa Maria Costa Bezerra Silva (UFAL/CEDU/PPGE)
(vanessacosta.ufal@gmail.com)

Elione Maria Nogueira Diógenes (UFAL/CEDU/PPGE)
(elionend@uol.com.br)

RESUMO:

Com este trabalho pretendemos estudar o contexto histórico-social-político e econômico da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Estado neoliberal no Brasil, cujas políticas educacionais, têm a ingerência dos organismos internacionais. A BNCC configura-se em uma política de educação nitidamente neoliberal, materializando-se como política normativa, visto que, esse documento apresenta implicações para a formação dos sujeitos em espaços escolares. Para isso, realizamos uma pesquisa documental e de cunho qualitativo, ancorada nas contribuições de Diógenes (2014), Santos (2016), Höfling (2001) e Santomé (2003). Como principais resultados, ressaltamos que a BNCC vem materializar os acordos firmados entre o Brasil e os organismos internacionais como o FMI e o BM para financiar a Educação Básica no país, submetendo a formação do aluno aos interesses do mercado de trabalho precarizado.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC. Políticas educacionais. Neoliberalismo. Organismos Internacionais.

1 INTRODUÇÃO

Tratar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), diz respeito a uma política neoliberal, homologada em dezembro de 2017, caracterizada como uma política de caráter normativo para a Educação Básica brasileira, a qual organiza-se em campos de experiência para a Educação Infantil e áreas do conhecimento e componentes curriculares para o Ensino Fundamental, prescrevendo as competências e as habilidades que os alunos precisam desenvolver ao longo de toda a Educação Básica escolar no país.

As políticas educacionais desde a década de 1980 estão se alinhando aos ideais do neoliberalismo que determina a presença mínima do Estado para o “social” e a maximização do Estado para o “capital”. A construção da BNCC (2018),

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

ideologicamente, proclamou que essa foi elaborada a partir de processo democrático e participativo, porém, isto não ocorreu, em verdade, burlou-se esse processo democrático de modo a ocultar o principal interesse dos organismos internacionais, resultando no fortalecimento do Estado neoliberal no Brasil.

A elaboração do documento da BNCC (BRASIL, 2018) passou por algumas etapas. A primeira versão foi disponibilizada em 2015, contendo 302 páginas. A segunda foi divulgada em 2016, tendo como grande articulador o Movimento pela Base Nacional Comum, por meio de contribuições *online* no portal desse movimento. E a terceira e última versão foi divulgada e homologada em 2017.

A discussão em torno da elaboração da BNCC (BRASIL, 2018) não surgiu apenas com a elaboração da primeira versão, que contou com a participação de uma comissão de especialistas, representando várias universidades e instituições brasileiras, oficializada através da Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, e assinada pelo Ministro Renato Janine Ribeiro, no I Encontro Interinstitucional sobre a Base Nacional Comum Curricular. Entretanto, a proposta de uma base nacional comum para a educação brasileira vem sendo debatida há muito tempo com argumentos a favor e contra o referido documento.

Considerando a BNCC (BRASIL, 2018) como uma política que altera a organização dos currículos escolares, da formação de professores, das finalidades da educação, da organização da proposta escolar, dentre outros fatores, convém aprofundar os estudos acerca do tema, destacando a BNCC (BRASIL, 2018) como ponto central do fortalecimento do Estado neoliberal, através das reformas ocorridas a partir dos anos de 1990 no Brasil. Vale ressaltar que todos esses pontos estão articulados com os interesses dos organismos internacionais para a educação, pois está não é apenas uma área social, ela é uma área estratégica e que influencia o desenvolvimento de todas as outras.

O presente trabalho teve como principal objetivo analisar o contexto da elaboração da BNCC, a fim de identificar o fortalecimento do Estado neoliberal no

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Brasil, por meio das políticas educacionais, destacando os principais objetivos dos organismos internacionais e refletindo acerca da BNCC como uma política normativa para a educação brasileira, visto que, esse documento implica na formação dos sujeitos que estão nos espaços escolares.

A seguir, abordamos os principais interesses do Estado neoliberal, sua implementação no Estado brasileiro e a BNCC como política educacional que vem efetivar os acordos firmados com organismos internacionais desde o período de redemocratização do Estado brasileiro, além das parcerias entre instituições públicas e privadas no processo de elaboração do documento.

2 A BNCC E O AJUSTE DO ESTADO NEOLIBERAL BRASILEIRO

A partir de meados da década de 1980, isto é, com o período de redemocratização do Estado brasileiro, a educação vem sendo modificada de acordo com as exigências do Estado Neoliberal que se intensificou no país a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Um dos princípios desse modelo, constitui-se em diminuir o tamanho do Estado (Estado mínimo) e isso ocorre por meio da privatização de órgãos públicos, submetendo-se as regras da economia mundial e alavancando a competição de modo ilimitada.

Consoante Gentili e Silva (1996) e Soares (2002) podemos afirmar que o Estado mínimo se refere a uma “quase nenhuma” atuação em políticas sociais e mais regulação, quer dizer, o Estado deve ser “pequeníssimo” para os cidadãos e forte para os interesses do capitalismo. O Brasil demorou para se adaptar no campo do neoliberalismo e de forma mais competitiva no que se refere à economia global, haja vista as notáveis limitações ao longo da história como, por exemplo: (a) o atraso tecnológico; (b) a crise fiscal do Estado; e (c) o alto endividamento externo. Essas limitações tornaram-se obstáculos para a efetivação de uma economia global mais competitiva.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

O neoliberalismo implantou-se de forma diferenciada, da mesma forma em todos os Estados e em todas as formações sociais, isto é, o modo como se deu ou como se efetivou em cada lugar dependeu das especificidades da região, considerando os seus aspectos políticos, econômicos e geográficos. A exemplo disto, citamos o modo como ele se estabeleceu no Brasil, o qual se inseriu de forma tardia no ajuste neoliberal, quando comparado a outros países da América Latina. Isso ocorreu devido à fragilidade nos aspectos econômicos e políticos em que o Brasil se encontrava com a crise dos anos de 1980. Apesar de ser o último país da América Latina a implementar a proposta neoliberal, Filgueiras (2006, p. 183) enfatiza que no Brasil,

A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais.

A dominação da elite brasileira e o fortalecimento dos grandes grupos econômicos (banqueiros, multinacionais e alguns grandes empresários), foram determinantes para a vitória do projeto neoliberal no Brasil. Assim, a sociedade brasileira passou a ter políticas neoliberais direcionadas não apenas no campo econômico, mas em outros aspectos, como o social (saúde, educação, seguridade social, por exemplo), aumentando a desigualdade no país.

A partir do neoliberalismo no Estado brasileiro várias áreas passaram por reformas para que estas fossem direcionadas as demandas desse modelo de sociabilidade. Na educação foram diversas as reformas com vistas à efetivação do Estado neoliberal no Brasil, dentre elas, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada pela Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a BNCC (BRASIL, 2018), sendo veiculada como instrumento para melhoria da Educação Básica brasileira.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Os defensores da BNCC (BRASIL, 2018) têm se apropriado do discurso da necessidade de uma educação de qualidade para a educação brasileira, como podemos observar no texto de apresentação do documento em segunda versão preliminar, realizado pelo Ministro Mendonça Filho: “Ao homologar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo” (BRASIL, 2016). O alinhamento aos sistemas educacionais de outros países enfatiza o foco da educação brasileira aos ditames dos organismos internacionais, conforme pode ser visto na apresentação do documento.

A BNCC (BRASIL, 2018), como uma política educacional e de cunho normativo, visa atender a um projeto maior, isto é, um projeto de Estado, de governo e de sociedade, perante um determinado contexto que se relaciona com as relações de poder para qual ela foi elaborada, envolvendo ainda as dimensões administrativa, financeira e pedagógica. Para Santos (2016, p. 101) a política educacional brasileira é “um campo de forças em conflito e um local de contradições diversas entre a ‘forma’, o ‘conteúdo’ e as ‘consequências’ de ações, programas e planos gestados nesse campo”. Tudo isso está relacionado ao modelo do Estado brasileiro e a sua forma de implementar políticas públicas.

Höfling (2001, p. 31) ressalta que as políticas voltadas para o âmbito da educação “se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social”. A política educacional traz as marcas da concepção de Estado e das relações sociais que este deseja manter. Nesse sentido é importante destacar que existem as políticas de Estado e as políticas de governo. Santos (2016, p. 8) enfatiza que:

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



Uma política de Estado alude a um plano, uma ação ou um programa educacional com objetivos a longo prazo, elaborado para durar por um período que vai além do exercício político de determinado partido, ou do representante deste, à frente de uma entidade de Estado, em nível municipal, estadual ou federal.

A política de Estado se caracteriza como ações de longo prazo que perpassam vários governos, enquanto que a “política de governo se refere a um programa, ação ou plano desenvolvido para vigorar durante um mandato governamental” (SANTOS, 2016, p. 8). Esse tipo de política caracteriza-se como ações de curto prazo. No Brasil as políticas de Estado, que se refere a uma ação mais longa, costumam ser elaboradas pela esfera federal. Embora, as políticas de governo no âmbito educacional se tornem mais comum no país, devido a configuração política brasileira.

Diógenes (2014, p. 74) ressalta que essa reforma educacional ocorreu “em consonância, também, com a reconfiguração ou ressignificação do mundo do trabalho, para atender à necessidade de formar esse novo homem para um novo mercado de trabalho flexibilizado”, reduzindo o homem a um simples objeto para atender as demandas da economia produtiva e dessa forma as políticas educacionais que compreendem: o currículo; a formação de professores; a gestão escolar; a infraestrutura das escolas; a garantia do acesso e permanência nas escolas; dentre outras, vão se adaptando, reconfigurando e ressignificando a educação escolar.

Os organismos internacionais, como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), impõem aos países aliados suas propostas educacionais para que estes se ajustem aos acordos firmados como meio de obter financiamento para a educação.

A disseminação das propostas ocorre através de seus discursos acerca da importância da promoção de uma educação de qualidade para a população e os

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 ON-LINE
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

países acabam corroborando e se apropriando de tais ideias com a falácia de se alinharem aos melhores e maiores sistemas educacionais mundiais.

Santomé (2003) analisa o papel dos organismos multilaterais:

É preciso ser consciente de que tanto o FMI quanto o Banco Mundial são instituições supranacionais que, além de forte poder econômico que possuem, também dedicam um esforço enorme para elaborar e promover discursos que possam convencer a população de que o seu trabalho é fruto de um compromisso com o bem-comum, que a sua tarefa é desinteressada e neutra (SANTOMÉ, 2003, p.18).

O discurso utilizado como neutro tem como principal objetivo alienar os grupos sociais dominados e “golpear” as conquistas sociais e fortalecer os ideais das classes dominantes, uma vez que, “não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa” (FLORÊNCIO, *et. al.*, 2016, p. 27-28), isto é, o discurso materializa a posição do sujeito ou da instituição que o promove.

A BNCC (BRASIL, 2018) apresenta as parcerias entre empresas públicas e privadas, materializando na educação os interesses dos organismos internacionais e do fortalecimento do Estado neoliberal. Uma dessas alianças foi a criação do Movimento Pela Base Nacional Comum, que ocorreu em abril de 2013. O movimento é composto por sujeitos e instituições que tem como principal objetivo facilitar a construção da Base. Algumas das instituições que compõem esse grupo são: Consed, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação, Undime, dentre outros.

Essas instituições possuem em comum a participação no Movimento Pela Base Nacional Comum, no Consed e na Undime. A parceria entre instituições públicas e privadas ocorrem constantemente para que sejam implementados documentos que regulamentem a educação pública brasileira e que estes atendam as suas principais

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

questões. Com isso, enfocasse no ideário da educação pública voltada para a reprodução dos interesses das classes que dominam o país e do capital financeiro.

Na perspectiva do neoliberalismo, a educação é uma área estratégica que se submete aos interesses do capitalismo e sua finalidade é destinada a atender as ideias da classe dominante, através da articulação entre os organismos internacionais, o Estado e as empresas privadas. Assim, a educação fica atrelada ao modelo de Estado vigente e para cada concepção de Estado tem-se uma concepção de indivíduo. Dessa forma, a educação passa a formar o aluno de acordo com o modelo de Estado e nesse caso é o neoliberal, no qual o aluno passa a ser preparado para o mercado de trabalho competitivo e precarizado, priorizando uma educação técnica voltada as demandas do Estado e, conseqüentemente, do capitalismo.

A atuação de instituições privadas na educação pública faz parte do ajuste neoliberal para que seja reproduzido na escola pública os interesses da classe dominante, preparando mão de obra (barata) para atuar no setor privado e, assim, reproduzir as relações entre os donos dos meios de produção (empregador) e aquele que vende a sua força de trabalho (trabalhador), perpetuando a exploração de uma classe pela outra. Com isso, a educação vai perdendo seu caráter emancipador e reduzindo-se a treinar o sujeito para o mercado de trabalho.

A BNCC (BRASIL, 2018) é uma política que vem fortalecer o Estado neoliberal pelo fato de que sua prioridade é a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, isto é, ela reduz a formação apenas a perspectiva técnica, deixando de contemplar e priorizar a criticidade do aluno no espaço escolar. Essas proposições estão atreladas aos interesses dos organismos internacionais, bem como com os acordos que foram firmados para obtenção de financiamento da educação.

O Brasil ao realizar reformas que atingiram tanto o âmbito do Estado quanto da educação, em sentido mais estrito, buscou modernizar o Estado para atender as demandas do projeto neoliberal, diminuindo os custos dos serviços oferecidos pelas instituições públicas, proporcionando uma maior flexibilização, descentralizando os

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

recursos e desregulamentando os serviços. Dessa forma, a educação vai acompanhando a dinâmica das transformações em seu processo histórico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise do contexto da elaboração da BNCC (BRASIL, 2018), a fim de identificar o fortalecimento do Estado neoliberal no Brasil, por meio das políticas educacionais, destacando os principais objetivos dos organismos internacionais e refletindo acerca da BNCC como uma política normativa para a educação brasileira, compreendemos que a BNCC vem materializar os acordos firmados entre o Brasil e os organismos internacionais (FMI, BM, OCDE, OMC, BID e UNESCO).

A parceria entre o Brasil e os organismos internacionais com vistas à financiar a Educação Básica no país, além de ter uma profunda relação com a concretização da reforma do Estado brasileiro que iniciou nos anos de 1990, a proposta reduz a formação do aluno para uma preparação técnica, a fim de que este atue no mercado de trabalho que se intensifica de forma precarizada, influenciando na organização da escola e de todos os fatores que estão envolvidos nessa área.

Posto isto, o processo de elaboração da BNCC (2018) teve a influência dos agentes privados em articulação com órgãos públicos e organismos internacionais, visto que o engessamento das propostas curriculares para formar um sujeito com foco nas demandas do neoliberalismo, e para atender as necessidades impostas pelo mercado financeiro, vem ocorrendo em vários países, não sendo algo restrito ao Brasil.

Desse modo, enfatizamos que as políticas educacionais implementadas no Brasil a partir dos anos de 1990 tiveram como direcionamento o fortalecimento do Estado neoliberal, que foi se efetivando ao longo dos anos e notamos que atualmente as ideias do neoliberalismo estão cada vez mais presentes no país, através da

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 ON-LINE
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

privatização dos órgãos públicos, da diminuição das políticas destinadas as áreas sociais e da submissão do Brasil aos interesses da economia global.

Ademais, salientamos que a educação é uma área social estratégica e que articula os diversos setores da sociedade, por isso, o interesse em implementar políticas que atendam aos ajustes do processo de neoliberalização, culminando na idealização proposta com os acordos firmados entre o Brasil e os organismos internacionais, visando o fortalecimento das propostas neoliberais no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar segunda versão revista. 3 maio 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Versão final. Brasília, 2018.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Políticas públicas de educação: concepções e pesquisas**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y 10xperiências nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires. Ago. 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020

FLORENCIO, Ana Maria Gama. *et. al.* **Análise do Discurso: Fundamentos & Práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, ano 21, n. 55, nov. 2001, p. 31-41.

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. ed. 4. Petrópolis: Vozes, 1996.

VII SEMANA INTERNACIONAL
DE PEDAGOGIA
AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA:
CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia prático da política educacional no Brasil:** ações, planos, programas e impactos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.